

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	9
DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	24

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	51
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	52
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	53

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.158.155.555
Preferenciais	0
Total	4.158.155.555
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	6.224.924	6.327.395
1.01	Ativo Circulante	306.659	157.435
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	60.357	25.700
1.01.02	Aplicações Financeiras	164.254	44.228
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	164.254	44.228
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	94.086	4.364
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Vinculadas	70.168	39.864
1.01.03	Contas a Receber	47.362	45.330
1.01.03.01	Clientes	44.146	42.114
1.01.03.01.01	Contas a Receber	44.146	42.114
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.216	3.216
1.01.03.02.01	Contas a receber Partes Relacionadas	3.216	3.216
1.01.06	Tributos a Recuperar	31.275	37.370
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	31.275	37.370
1.01.06.01.01	Tributos Correntes a Recuperar	31.275	4.199
1.01.06.01.02	Antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucros	0	33.171
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.627	4.117
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.627	4.117
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.784	690
1.01.08.03	Outros	1.784	690
1.01.08.03.02	Outros Créditos	1.784	690
1.02	Ativo Não Circulante	5.918.265	6.169.960
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	436.325	436.761
1.02.01.04	Contas a Receber	3.441	3.752
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	3.441	3.752
1.02.01.07	Tributos Diferidos	348.954	348.954
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	348.954	348.954
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	2.255	2.264
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	81.675	81.791
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	61.137	61.253
1.02.01.10.05	Adiantamentos a Fornecedor	20.538	20.538
1.02.03	Imobilizado	26.697	27.401
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.168	12.067
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	15.529	15.334
1.02.04	Intangível	5.455.243	5.705.798
1.02.04.01	Intangíveis	5.455.243	5.705.798
1.02.04.01.02	Intangíveis	5.396.375	5.652.229
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	58.868	53.569

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	6.224.924	6.327.395
2.01	Passivo Circulante	403.797	359.737
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.900	14.433
2.01.01.01	Obrigações Sociais	10.900	14.433
2.01.02	Fornecedores	38.651	44.846
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	38.651	44.846
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.445	7.917
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.445	7.917
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	7.445	7.917
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	167.427	89.524
2.01.04.02	Debêntures	167.427	89.524
2.01.05	Outras Obrigações	82.378	126.367
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.884	11.034
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	5.884	11.034
2.01.05.02	Outros	76.494	115.333
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	31.711	31.711
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	33.849	40.791
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	4.350	27.743
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	1.426	1.364
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	5.158	13.724
2.01.06	Provisões	96.996	76.650
2.01.06.02	Outras Provisões	96.996	76.650
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	74.114	69.586
2.01.06.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	22.882	7.064
2.02	Passivo Não Circulante	3.555.113	3.485.223
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.189.937	2.196.803
2.02.01.02	Debêntures	2.189.937	2.196.803
2.02.02	Outras Obrigações	1.252.831	1.163.471
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.154.307	1.085.565
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	1.154.307	1.085.565
2.02.02.02	Outros	98.524	77.906
2.02.02.02.06	Obrigações fiscais	87.152	75.021
2.02.02.02.08	Arrendamento mercantil a pagar	11.372	2.885
2.02.04	Provisões	112.345	124.949
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	18.006	17.394
2.02.04.01.05	Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	18.006	17.394
2.02.04.02	Outras Provisões	94.339	107.555
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	75.276	75.459
2.02.04.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	19.063	32.096
2.03	Patrimônio Líquido	2.266.014	2.482.435
2.03.01	Capital Social Realizado	3.785.168	3.695.168
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.519.154	-1.212.733

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	236.362	484.918	449.119	871.432
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	191.134	395.224	177.814	363.866
3.01.02	Receita de serviços de construção	45.228	89.694	271.305	507.566
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-277.971	-552.071	-353.853	-654.448
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-232.743	-462.377	-82.548	-146.882
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-45.228	-89.694	-271.305	-507.566
3.03	Resultado Bruto	-41.609	-67.153	95.266	216.984
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.355	-17.417	-6.061	-13.774
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.160	-25.587	-6.317	-14.336
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-13.094	-25.454	-6.250	-13.936
3.04.02.04	Provisão para Perdas Esperadas	-66	-133	-67	-400
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	8.170	256	562
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	7.805	0	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-46.964	-84.570	89.205	203.210
3.06	Resultado Financeiro	-94.043	-221.851	-11.987	-22.858
3.06.01	Receitas Financeiras	7.306	11.165	1.971	3.836
3.06.01.01	Receitas Financeiras	7.306	11.165	1.971	3.836
3.06.02	Despesas Financeiras	-101.349	-233.016	-13.958	-26.694
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-101.349	-233.015	-13.958	-26.694
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	0	-1	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-141.007	-306.421	77.218	180.352
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	-12.152	-31.664
3.08.01	Corrente	0	0	-12.152	-31.664
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-141.007	-306.421	65.066	148.688
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-141.007	-306.421	65.066	148.688
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.99.01.01	ON	-0,0339	-0,0737	0,0156	0,0386

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	-141.007	-306.421	65.066	148.688
4.03	Resultado Abrangente do Período	-141.007	-306.421	65.066	148.688

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/06/2025	01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	198.006	129.931
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	319.028	257.196
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro líquido do exercício	-306.421	148.688
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	360.920	64.061
6.01.01.03	Provisão para perdas esperadas	133	400
6.01.01.09	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-2.981	-2.098
6.01.01.10	Juros e variações monetárias líquidas sobre mútuos e debentures privadas	75.327	0
6.01.01.12	Juros e variações monetárias de Debêntures	143.590	14.833
6.01.01.14	Despesas / (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	7.747	5.310
6.01.01.15	Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	4.217	1.295
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	41	1.193
6.01.01.17	Constituição de provisão para manutenção	36.455	23.514
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-121.022	-127.265
6.01.02.01	Contas a receber	-5.499	-10.147
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	0	214
6.01.02.04	Despesas antecipadas	2.499	1.161
6.01.02.05	Impostos a recuperar	7.849	1.470
6.01.02.06	Outros créditos	-1.094	-158
6.01.02.07	Depósitos judiciais	116	-364
6.01.02.08	Outras contas a receber	3.645	3.747
6.01.02.09	Fornecedores	11.192	-9.508
6.01.02.10	Fornecedores - partes relacionadas	-1.012	-3.047
6.01.02.11	Cauções contratuais de fornecedores	319	540
6.01.02.12	Obrigações sociais	-3.533	-1.808
6.01.02.13	Obrigações fiscais	1.544	26.471
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-42.693
6.01.02.15	Taxa de Fiscalização	62	59
6.01.02.16	Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	-3.646	-15.136
6.01.02.17	Utilização de provisão de manutenção	-37.518	-18.682
6.01.02.18	Custo de transação - empréstimo	3.916	3.884
6.01.02.19	Pagamento de juros	-76.469	-71.944
6.01.02.20	Outras contas a pagar	-23.393	8.676
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-242.852	-557.953
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-329	-452
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-123.724	-520.695
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	-106.178	-91.715
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	77.101	79.012
6.02.10	Aplicação Financeira	-89.722	-24.103
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	79.503	457.278
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-10.497	-7.722
6.03.20	Aumento/devolução de capital social	90.000	465.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	34.657	29.256

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.700	27.377
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	60.357	56.633

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.695.168	0	0	-1.212.733	0	2.482.435
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.695.168	0	0	-1.212.733	0	2.482.435
5.04	Transações de Capital com os Sócios	90.000	0	0	0	0	90.000
5.04.01	Aumentos de Capital	90.000	0	0	0	0	90.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-306.421	0	-306.421
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-306.421	0	-306.421
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.785.168	0	0	-1.519.154	0	2.266.014

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.144.168	0	0	-556.756	0	2.587.412
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.144.168	0	0	-556.756	0	2.587.412
5.04	Transações de Capital com os Sócios	465.000	0	0	0	0	465.000
5.04.01	Aumentos de Capital	465.000	0	0	0	0	465.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	148.688	0	148.688
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	148.688	0	148.688
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.609.168	0	0	-408.068	0	3.201.100

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	536.541	1.081.377
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	429.946	395.403
7.01.02	Outras Receitas	106.595	685.974
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	89.694	507.566
7.01.02.02	Outras receitas	11.355	3.521
7.01.02.03	Juros Capitalizados	5.546	174.887
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-185.201	-579.636
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-25.235	-24.639
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.992	-10.107
7.02.04	Outros	-145.974	-544.890
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-89.694	-507.566
7.02.04.02	Custo da Concessão	-12.195	-10.207
7.02.04.03	Custos de Provisão de Manutenção em Rodovias	-36.455	-23.514
7.02.04.04	Outros	-7.630	-3.603
7.03	Valor Adicionado Bruto	351.340	501.741
7.04	Retenções	-360.920	-64.061
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-360.920	-64.061
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-9.580	437.680
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.164	3.836
7.06.02	Receitas Financeiras	11.165	3.836
7.06.03	Outros	-1	0
7.06.03.04	Outros	-1	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.584	441.516
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.584	441.516
7.08.01	Pessoal	31.835	25.092
7.08.01.01	Remuneração Direta	24.329	19.238
7.08.01.02	Benefícios	5.695	4.812
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.811	1.042
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	37.595	66.611
7.08.02.01	Federais	16.008	46.796
7.08.02.02	Estaduais	17	20
7.08.02.03	Municipais	21.570	19.795
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	157.702	141.241
7.08.03.01	Juros	143.590	14.833
7.08.03.02	Aluguéis	234	143
7.08.03.03	Outras	13.878	126.265
7.08.03.03.02	Juros capitalizados Debêntures	0	115.003
7.08.03.03.04	Outras	13.878	11.262
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-306.421	148.688
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-306.421	148.688
7.08.05	Outros	80.873	59.884
7.08.05.01	Juros Debêntures privadas e Mútuos	75.327	0
7.08.05.02	Juros capitalizados sobre Mútuos	5.546	59.884

Comentário do Desempenho

RELEASE DE RESULTADOS 2T25

Comentário do Desempenho



São José dos Pinhais, 14 de agosto de 2025 – Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Litoral Sul S.A. (“Companhia” ou “Litoral Sul”) apresenta aos seus investidores e ao mercado o Release de Resultados referente ao segundo trimestre de 2025 (“2T25”).

As informações financeiras e operacionais a seguir, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com a Legislação Societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e dados não constantes no balanço patrimonial, demonstração de resultados e notas explicativas das demonstrações contábeis não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Nos termos da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. (“Deloitte”) sobre o presente Release de Resultados, bem como as respectivas Informações Trimestrais referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2025.

INTRODUÇÃO

A Autopista Litoral Sul S.A. (“Companhia” ou “Litoral Sul”), concessionária controlada pela Arteris S.A., responsável pela administração de 406,6 km de rodovias federais que integram o Corredor do Mercosul — eixo logístico fundamental para o tráfego de cargas e passageiros entre o Sul e o Sudeste do país. A malha conecta Curitiba (PR) a Palhoça (SC), abrangendo trechos da BR-116, BR-376, BR-101 e o Contorno de Florianópolis, com 5 praças de pedágio em operação.

A concessão, firmada com a União por meio da ANTT, teve início em 2008 e possui vigência até 2033. A operação cobre 24 municípios com forte dinamismo econômico, impulsionado por setores como indústria, comércio, logística e turismo. O perfil logístico da concessão é evidenciado pelo *mix* de tráfego, composto por 66% de veículos pesados e 34% de veículos de leves. A relevância estratégica da concessão, aliada à robustez do tráfego e à previsibilidade contratual, sustenta a geração de caixa e a atratividade do ativo no portfólio da Arteris.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS – 2T25

Tráfego Pedagiado

A Companhia apresentou crescimento de **3,7%** no tráfego no 2T25, com **39,9 milhões de veículos equivalentes**. O *mix* de veículos equivalentes foi de **68,7%** do tráfego representado por veículos pesados e **31,3%** por veículos de leves.

Receita de Pedágio

A receita de pedágio da Companhia totalizou **R\$ 207,8 milhões** no 2T25, com crescimento de **7,6%** quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

EBITDA Ajustado e Margem

O EBITDA Ajustado totalizou **R\$ 152,1 milhões**, acréscimo de **7,5%**, com uma margem de **79,6%**.

DESEMPENHO OPERACIONAL

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (Mil)	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Total	39.937	38.523	3,7%	82.628	79.773	3,6%
Leves	12.495	11.815	5,8%	28.169	27.356	3,0%
Pesados	27.442	26.709	2,7%	54.460	52.417	3,9%

No 2T25, a Litoral Sul registrou 39,9 milhões de veículos equivalentes, crescimento de 3,7% em relação ao 2T24. O desempenho foi impulsionado principalmente pelo aumento de 5,8% no volume de veículos leves, favorecido por feriados prolongados, como o de 1º de maio e Corpus Christi. O tráfego de veículos pesados avançou 2,7%, refletindo o bom desempenho dos setores industrial e agrícola, além do início da cobrança do eixo suspenso (MDF-e) a partir de maio de 2024. O *mix* de tráfego no trimestre foi composto por 68,7% de veículos pesados e 31,3% de leves, reforçando o perfil logístico da concessão.

No acumulado do 1S25, o tráfego totalizou 82,6 milhões de veículos equivalentes, alta de 3,6% frente ao 1S24. O volume de veículos pesados cresceu 3,9%, enquanto os leves avançaram 3,0%.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R\$/Veic. Equiv.)	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Tarifa Média	5,20	5,02	3,8%	5,20	4,96	5,0%

A tarifa média no 2T25 foi de **R\$ 5,20**, representando um aumento de **3,8%** em relação ao 2T24. A variação reflete o reajuste tarifário aplicado com base no IPCA acumulado, conforme previsto contratualmente.

No acumulado do semestre, a tarifa média também foi de **R\$ 5,20**, o que corresponde a um crescimento de **5,0%** frente ao 1S24.

O reajuste anual da Companhia tem como data-base o mês de fevereiro, considerando a variação do IPCA, conforme estipulado nos contratos de concessão.

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Receita Bruta	254.836	465.983	(45,3%)	522.825	905.928	(42,3%)
Receitas de pedágio	207.834	193.221	7,6%	429.946	395.403	8,7%
Receitas de construção	45.228	271.305	(83,3%)	89.694	507.566	(82,3%)
Outras Receitas	1.774	1.457	21,8%	3.185	2.959	7,6%
Deduções	(18.474)	(16.864)	9,5%	(37.907)	(34.496)	9,9%
Receita Operacional Líquida	236.362	449.119	(47,4%)	484.918	871.432	(44,4%)
Receita Operacional Líquida Ajustada¹	191.134	177.814	7,5%	395.224	363.866	8,6%

1: Excluindo a Receita de Construção

Receita de Pedágio

A receita bruta de pedágio totalizou R\$ 207,8 milhões no 2T25, crescimento de 7,6% em relação ao 2T24. O desempenho reflete, principalmente, o reajuste tarifário contratual e o aumento do volume de tráfego no período.

No acumulado do 1S25, a receita atingiu R\$ 429,9 milhões, avanço de 8,7% frente ao 1S24, sustentado pelos mesmos fatores: maior fluxo de veículos e atualização tarifária.

A evolução da receita reforça a resiliência do ativo, com geração de caixa estável e previsível, ancorada em fundamentos contratuais e operacionais sólidos.

Receitas de Construção

As receitas de construção totalizaram R\$ 45,2 milhões no 2T25, representando uma redução de 83,3% em relação ao 2T24. No acumulado do 1S25, o valor foi de R\$ 89,7 milhões, queda de 82,3% frente ao 1S24.

Essa linha não possui efeito caixa, sendo integralmente compensada pelo custo dos serviços de construção.

Outras Receitas

As outras receitas totalizaram R\$ 1,8 milhão no 2T25, crescimento de 21,8% em relação ao 2T24, impulsionado por reajustes contratuais e maior realização de receitas com painéis publicitários.

No acumulado do semestre, o montante foi de R\$ 3,2 milhões, alta de 7,6% frente ao 1S24, refletindo o mesmo movimento observado no trimestre.

CUSTOS E DESPESAS

Comentário do Desempenho



R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(39.001)	(36.252)	7,6%	(82.419)	(73.081)	12,8%
Pessoal	(16.356)	(12.207)	34,0%	(31.835)	(25.093)	26,9%
Conservação	(5.209)	(4.849)	7,4%	(9.183)	(9.629)	(4,6%)
Serviços de terceiros	(9.055)	(8.550)	5,9%	(17.617)	(16.224)	8,6%
Seguros e garantias	(1.476)	(1.018)	45,0%	(2.984)	(2.036)	46,6%
Verba de fiscalização	(4.279)	(4.092)	4,6%	(8.435)	(8.069)	4,5%
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscal	(1.599)	(161)	893,2%	(4.217)	(1.295)	225,6%
Outros	(1.027)	(5.375)	(80,9%)	(8.148)	(10.735)	(24,1%)
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(244.325)	(323.662)	(24,5%)	(487.069)	(595.141)	(18,2%)
Custo dos serviços de construção	(45.228)	(271.305)	(83,3%)	(89.694)	(507.566)	(82,3%)
Prov. p/ manutenção em rodovias	(17.771)	(18.908)	(6,0%)	(36.455)	(23.514)	55,0%
Depreciação e amortização	(181.326)	(33.449)	442,1%	(360.920)	(64.061)	463,4%
Custos e Despesas Operacionais	(283.326)	(359.914)	(21,3%)	(569.488)	(668.222)	(14,8%)

No 2T25, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 283,3 milhões, redução de 21,3% em relação ao 2T24. No acumulado do 1S25, o valor foi de R\$ 569,5 milhões, queda de 14,8% frente ao mesmo período do ano anterior. A retração está associada, principalmente, à menor contabilização de custos dos serviços de construção — item não caixa que se contrapõe à linha de Receita de Construção.

Ao desconsiderar os efeitos não caixa — como custo dos serviços de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização — os custos e despesas operacionais com impacto caixa somaram R\$ 39,0 milhões no 2T25, alta de 7,6% em relação ao 2T24. No 1S25, o total foi de R\$ 82,4 milhões, crescimento de 12,8% frente ao 1S24.

As principais variações foram:

- Pessoal: aumento de 34,0%, totalizando R\$ 16,4 milhões, refletindo reajustes salariais e reforço de equipes operacionais.
- Seguros e garantias: crescimento de 45,0%, alcançando R\$ 1,5 milhões, em linha com a atualização contratual das apólices.
- Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais: incremento de 225,6%, totalizando R\$ 1,6 milhões, influenciado pelo aumento de processos no período.
- Outros: redução de 80,9% devido a reconhecimento não recorrente proveniente de acordo extrajudicial com empresa de infraestrutura referente a utilização de rede de fibra ótica.

A elevação dos custos caixa reflete, em parte, o maior nível de atividade operacional e o cumprimento das obrigações contratuais, mantendo o foco em segurança viária e qualidade dos serviços prestados.

Comentário do Desempenho



EBITDA E EBITDA AJUSTADO

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(141.007)	65.066	(316,7%)	(306.421)	148.688	(306,1%)
(+) Depreciação e amortização	181.326	33.449	442,1%	360.920	64.061	463,4%
(+) Resultado Financeiro	94.043	11.987	684,5%	221.851	22.858	870,6%
(+) IR e CSLL	-	12.152	(100,0%)	-	31.664	(100,0%)
EBITDA¹	134.362	122.654	9,5%	276.350	267.271	3,4%
Margem EBITDA ²	70,3%	69,0%	1,3 p.p.	69,9%	73,5%	(3,5 p.p.)
(+) Prov. para manutenção de rodovias	17.771	18.908	(6,0%)	36.455	23.514	55,0%
EBITDA Ajustado³	152.133	141.562	7,5%	312.805	290.785	7,6%
Margem EBITDA Ajustada ²	79,6%	79,6%	0,0 p.p.	79,1%	79,9%	(0,8 p.p.)

1: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

O EBITDA da Litoral Sul totalizou R\$ 134,4 milhões no 2T25, crescimento de 9,5% em relação ao 2T24. No acumulado do 1S25, o EBITDA foi de R\$ 276,4 milhões, avanço de 3,4% frente ao mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA no trimestre foi de 70,3%, aumento de 1,3 p.p., refletindo maior eficiência operacional.

O EBITDA Ajustado, que exclui efeitos não caixa e provisões contábeis, somou R\$ 152,1 milhões no 2T25, alta de 7,5% na comparação anual. No semestre, o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 312,8 milhões, crescimento de 7,6%. A margem EBITDA Ajustada manteve-se estável em 79,6% no trimestre e recuou 0,8 p.p. no semestre, para 79,1%.

A expansão do EBITDA Ajustado decorre do aumento da receita de pedágio — impulsionada por reajustes tarifários e maior tráfego — combinado ao controle de custos operacionais, reforçando a capacidade da Companhia de gerar caixa e sustentar sua performance financeira.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Depreciação e Amortização	181.326	33.449	442,1%	360.920	64.061	463,4%

A depreciação e amortização da Litoral Sul totalizou R\$ 181,3 milhões no 2T25, aumento absoluto de R\$ 147,9 milhões em relação ao 2T24. No acumulado do 1S25, o valor foi de R\$ 360,9 milhões, incremento de R\$ 296,9 milhões frente ao mesmo período do ano anterior.

A variação reflete a entrada em operação do Contorno de Florianópolis, em agosto de 2024, cujo ativo passou a ser amortizado a partir da conclusão da obra.

Comentário do Desempenho



RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Resultado Financeiro	(94.043)	(11.987)	684,5%	(221.851)	(22.858)	870,6%
Receitas financeiras	7.306	1.971	270,7%	11.165	3.836	191,1%
Despesas financeiras	(101.349)	(13.958)	626,1%	(233.015)	(26.694)	772,9%

O resultado financeiro da Litoral Sul foi de uma despesa financeira de R\$ 94,0 milhões no 2T25, aumento de R\$ 82,1 milhões em relação ao 2T24. No 1S25, a despesa financeira líquida somou R\$ 221,9 milhões, incremento de R\$ 199,0 milhões frente ao mesmo período do ano anterior.

A variação reflete, principalmente, o fim da capitalização de juros associada à obra do Contorno de Florianópolis, concluída em agosto de 2024. Com isso, os encargos financeiros da dívida passaram a ser integralmente reconhecidos como despesa, conforme previsto nas normas contábeis.

Por outro lado, as receitas financeiras apresentaram crescimento de R\$5,3 milhões no trimestre e R\$ 7,3 milhões no semestre, impulsionadas por maiores saldos de caixa e melhor rentabilidade das aplicações.

IR e CSLL

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
IR e CSLL	-	(12.152)	(100,0%)	-	(31.664)	(100,0%)
Corrente	-	(12.152)	(100,0%)	-	(31.664)	(100,0%)
Diferido	-	-	-	-	-	-

No 2T25 e no acumulado do 1S25, a Arteris Litoral Sul não registrou despesas com IR e CSLL, em função do prejuízo contábil apurado no período.

Esse resultado é explicado, principalmente, pelo aumento significativo da depreciação e amortização, decorrente da entrada em operação do Contorno de Florianópolis em agosto de 2024. Com a conclusão da obra, os ativos passaram a ser amortizados, impactando diretamente o lucro antes dos impostos.

RESULTADO LÍQUIDO

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Resultado Líquido	(141.007)	65.066	(316,7%)	(306.421)	148.688	(306,1%)

A Companhia registrou prejuízo de R\$ 141,0 milhões no 2T25, frente ao lucro de R\$ 65,1 milhões no 2T24. A inversão do resultado é explicada, principalmente, pelo aumento da Depreciação e Amortização, decorrente da conclusão das obras do Contorno de Florianópolis — efeito contábil, sem impacto no caixa.

No acumulado do semestre, o prejuízo foi de R\$ 306,4 milhões, ante lucro de R\$ 148,7 milhões no 1S24, refletindo o mesmo fator mencionado acima.

Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO

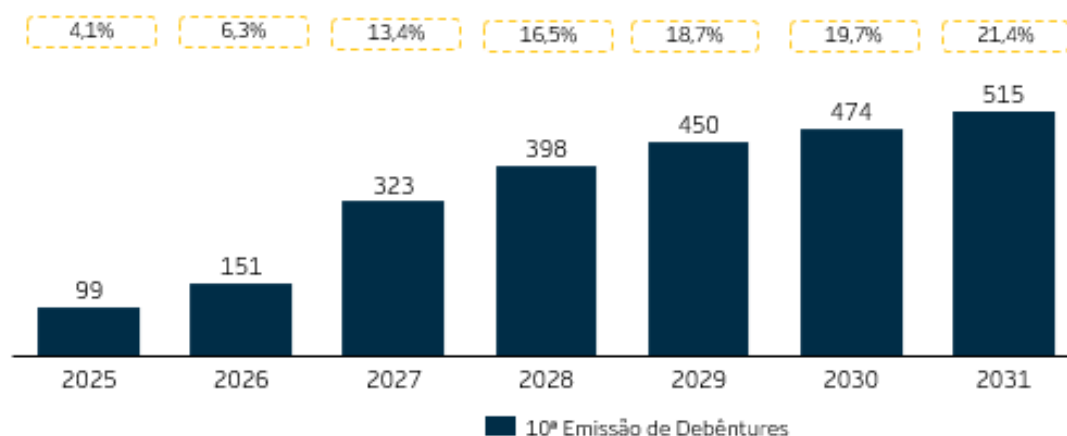
R\$ mil	2T25	1T25	Δ%
Dívida Bruta	2.357.364	2.377.316	(0,8%)
Curto Prazo	167.427	131.491	27,3%
Longo Prazo	2.189.937	2.245.825	(2,5%)
Posição de Caixa	224.611	222.670	0,9%
Caixa e equivalentes de caixa	154.443	152.168	1,5%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	70.168	70.502	(0,5%)
Dívida Líquida	2.132.753	2.154.646	(1,0%)

1: Curto e Longo Prazo

Ao final do 2T25, a dívida bruta da Litoral Sul totalizou R\$ 2.357,4 milhões, mantendo-se estável em relação ao 1T25. A dívida de curto prazo foi de R\$ 167,4 milhões, aumento de 27,3% no trimestre, enquanto o saldo de longo prazo recuou 2,5%, para R\$ 2.189,9 milhões, refletindo o início do cronograma de amortização.

A posição de caixa encerrou o trimestre em R\$ 224,6 milhões, ligeiro incremento de 0,9% frente ao 1T25, refletindo maior saldo em aplicações financeiras e equivalentes de caixa.

Com isso, a dívida líquida atingiu R\$ 2.132,8 milhões, redução de 1,0% no trimestre, mantendo o perfil de endividamento sob controle e alinhado à estratégia financeira da Companhia.

Aging da Dívida – junho de 2025

No 2T25, 100% da dívida da Companhia estava atrelada à 10ª Emissão de Debêntures, realizada em 2021.

Comentário do Desempenho



INVESTIMENTOS REALIZADOS

R\$ Mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Investimentos	73.154	259.994	(71,9%)	161.748	538.661	(70,0%)

A Companhia investiu R\$ 73,2 milhões no 2T25, redução de 71,9% em relação ao 2T24. A queda reflete a conclusão das obras do Contorno Viário de Florianópolis e a finalização das intervenções no sinistro do km 668, ambos encerrados em 2024. Parte da redução foi compensada pela execução de ações de desapropriação ao longo de 2025.

No acumulado do semestre, os investimentos totalizaram R\$ 161,7 milhões, queda de 70,0% frente ao 1S24, seguindo a mesma dinâmica observada no trimestre.

PREVISÃO DE INVESTIMENTOS FUTUROS

R\$ Mil	2025 a 2033
Melhorias na Infraestrutura	357.718
Recuperações/Manutenções	672.620
Total	1.030.338

*Base Monetária: junho/2025

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162/22, a Companhia informa que, no período encerrado em 30 de junho de 2025, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Autopista Litoral Sul S.A. declara, nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 30 de junho de 2025.

São José dos Pinhais, 14 de agosto de 2025.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Antônio César Ribas Sass
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer de Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheiro

Roberto Paolini
Conselheiro

Comentário do Desempenho

ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$ Mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	254.836	465.983	(45,3%)	522.825	905.928	(42,3%)
Receitas de pedágio	207.834	193.221	7,6%	429.946	395.403	8,7%
Receitas de obras	45.228	271.305	(83,3%)	89.694	507.566	(82,3%)
Outras Receitas	1.774	1.457	21,8%	3.185	2.959	7,6%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(18.474)	(16.864)	9,5%	(37.907)	(34.496)	9,9%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	236.362	449.119	(47,4%)	484.918	871.432	(44,4%)
CUSTOS E DESPESAS	(102.000)	(326.465)	(68,8%)	(208.568)	(604.161)	(65,5%)
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(34.922)	(31.206)	11,9%	(67.561)	(61.304)	10,2%
Custo dos serv. de construção	(45.228)	(271.305)	(83,3%)	(89.694)	(507.566)	(82,3%)
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(11.884)	(5.302)	124,1%	(23.028)	(12.339)	86,6%
Provisão para manutenção em rodovias	(17.771)	(18.908)	(6,0%)	(36.455)	(23.514)	55,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	7.805	256	2948,8%	8.170	562	1353,7%
EBITDA	134.362	122.654	9,5%	276.350	267.271	3,4%
Margem EBITDA	70,3%	69,0%	1,3 p.p.	69,9%	73,5%	(3,5 p.p.)
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(181.326)	(33.449)	442,1%	(360.920)	(64.061)	463,4%
RESULTADO FINANCEIRO	(94.043)	(11.987)	684,5%	(221.851)	(22.858)	870,6%
Receitas financeiras	7.306	1.971	270,7%	11.165	3.836	191,1%
Despesas financeiras	(101.349)	(13.958)	626,1%	(233.015)	(26.694)	772,9%
Variação cambial, líq.	-	-	-	(1)	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(141.007)	77.218	(282,6%)	(306.421)	180.352	(269,9%)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(12.152)	(100,0%)	-	(31.664)	(100,0%)
Corrente	-	(12.152)	(100,0%)	-	(31.664)	(100,0%)
Diferido	-	-	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(141.007)	65.066	(316,7%)	(306.421)	148.688	(306,1%)

Comentário do Desempenho

ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Mil	2T25	1T25	Δ%
ATIVO	6.224.924	6.353.010	(2,0%)
CIRCULANTE	306.659	314.275	(2,4%)
Caixa e equivalentes de caixa	60.357	144.192	3,2%
Aplicações Financeiras	94.086	7.976	(29,0%)
Contas a receber	44.146	47.894	(7,8%)
Contas a receber - partes relacionadas	3.216	940	242,1%
Despesas antecipadas	1.627	3.049	(46,6%)
Impostos a recuperar	31.275	38.994	(19,8%)
Adiantamentos a Fornecedores	-	147	(100,0%)
Aplicações financeiras vinculadas	70.168	70.502	(0,5%)
Outros créditos	1.784	581	207,1%
NÃO CIRCULANTE	5.918.265	6.038.735	(2,0%)
Adiantamento a fornecedor	20.538	20.538	0,0%
Despesas antecipadas	2.255	2.142	5,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	348.954	348.954	0,0%
Depósitos judiciais	61.137	61.158	(0,0%)
Outras contas a receber	3.441	3.449	(0,2%)
Direito de uso (IFRS 16)	15.529	9.864	57,4%
Imobilizado	11.168	11.519	(3,0%)
Intangível	5.455.243	5.581.111	(2,3%)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.224.924	6.353.010	(2,0%)
CIRCULANTE	403.797	372.183	8,5%
Debêntures	167.427	131.491	27,3%
Fornecedores	38.651	40.006	(3,4%)
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	5.158	8.268	(37,6%)
Obrigações sociais	10.900	16.142	(32,5%)
Obrigações fiscais	7.445	8.776	(15,2%)
Contar a pagar - partes relacionadas	5.884	6.795	(13,4%)
Cauções contratuais	33.849	41.525	(18,5%)
Taxa de fiscalização	1.426	1.426	0,0%
Provisão para manutenção em rodovias	74.114	72.646	2,0%
Provisão para investimentos em rodovias	22.882	10.057	127,5%
Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP)	31.711	31.711	0,0%
Outras contas a pagar	4.350	3.340	30,2%
NÃO CIRCULANTE	3.555.113	3.573.806	(0,5%)
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	1.154.307	1.117.675	3,3%
Debêntures	2.189.937	2.245.825	(2,5%)
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	11.372	2.722	317,8%
Obrigações fiscais	87.152	80.688	8,0%
Provisão para manutenção em rodovias	75.276	77.778	(3,2%)
Provisão para investimentos em rodovias	19.063	31.248	(39,0%)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	18.006	17.870	0,8%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.266.014	2.407.021	(5,9%)
Capital social	3.785.168	3.785.168	0,0%
Reserva legal	(1.212.733)	(1.212.733)	0,0%
Reserva de lucros	(306.421)	(165.414)	85,2%

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Informações contábeis intermediárias
referentes ao período findo em 30 de
junho de 2025 e relatório do auditor
independente

Notas Explicativas

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade” ou “Litoral Sul”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), domiciliada no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Brasil, situada na Rua Francisco Muñoz Madrid, 625, complemento Bloco 4 Módulos 402.2 e 403, bairro Roseira De São Sebastião. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e *holding* é a Arteris S.A.

A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

Em 09 de agosto de 2024, a Sociedade inaugurou o Contorno Viário de Florianópolis, que compreende um corredor expresso de 50 km de pistas duplas, 6 acessos por trevos, 4 túneis duplos, 7 pontes e mais 20 passagens em desnível.

A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a (i) *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil I, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. CONCESSÃO

Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A Sociedade testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável.

Com o aumento dos custos na construção civil, o crescimento econômico do país não vem acompanhando nas mesmas proporções, gerando uma situação de desequilíbrio.

Como consequência, uma vez que a Sociedade segue mantendo seus compromissos de atendimento às obrigações contratuais e de serviços aos usuários, a pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro do complemento da provisão para desvalorização de ativos. Essa provisão no montante de R\$635.380 (efeito não caixa) foi reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, registrada no resultado da Sociedade sob a rubrica “Provisão para Redução ao Valor Recuperável” em contrapartida ao saldo do ativo intangível, conforme nota explicativa nº 12.

Para o período findo em 30 de junho de 2025, a Sociedade avaliou e concluiu que não houve necessidade de complemento da provisão já reconhecida. A Sociedade realizará novo teste de *impairment* até o encerramento do exercício de 2025, ou caso ocorra algum indicativo de desvalorização de seus ativos.

Termos de Ajustes de Conduta - TAC com ANTT

A Sociedade está em negociações com a ANTT, para firmar um Termo de Ajuste de Conduta - “TAC”, a fim de sanar processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, mediante proposta de execução de obras não previstas no contrato de concessão. Mas, segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades que estão em andamento até que o TAC seja assinado. Até a data da presente divulgação dessas informações financeiras intermediárias não houve formalização de nenhum termo entre as partes.

A Sociedade avaliou os aspectos contábeis relacionados a este fato e entendeu que não há impacto a ser refletido nas informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de junho de 2025. De acordo com o andamento do processo, a Sociedade não espera que ajustes materiais possam ser reconhecidos nas informações contábeis intermediárias ou anuais futuras.

Repactuação

Notas Explicativas

A Portaria nº 848 de 25 de agosto de 2023 do Ministério dos Transportes estabelece a política pública e os procedimentos relativos à readaptação e otimização dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal. A Sociedade mantém negociações junto aos órgãos governamentais de modo a viabilizar a otimização do contrato de concessão da Sociedade. Em 29 de dezembro de 2023, a Sociedade protocolou pedido de otimização junto à ANTT, ao qual foi aceito e seguem os trâmites previstos.

Em 30 de junho de 2025, não há nenhum andamento no processo que indique a necessidade de ajustes materiais nas informações contábeis intermediárias.

No trimestre de 1 de abril de 2025 a 30 de junho de 2025 (“trimestre”), e no período de 1 de janeiro de 2025 a 30 de junho de 2025 (“período”), não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2025 foram preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais *IAS 34 Interim Financial Reporting* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - “Demonstração Intermediária”. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (última demonstração contábil anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e desempenho da Sociedade desde a sua última demonstração contábil anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Diretoria em 13 de agosto de 2025.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias, são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual e devem ser lidas em conjunto. Ademais, não houve emissão ou revogações das principais práticas contábeis e normas relacionadas. A Sociedade aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

4.1) Novas normas e interpretações

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:

- OCPC 10 - Créditos de carbono

A Sociedade, após avaliação do conteúdo das novas normas e interpretações alteradas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, concluiu não ter impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:

- IFRS 18 - Apresentação das demonstrações contábeis
- CPC 02 - Efeitos das alterações nas taxas de câmbio
- IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública

Notas Explicativas

Com exceção ao IFRS 18 o qual a Administração da Sociedade espera que aplicação tenha impacto na apresentação das demonstrações contábeis, a Administração da Sociedade avaliou os demais e concluiu que estes não trazem impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Caixa e contas bancárias	4.782	9.041
Aplicações financeiras (a)	55.575	16.659
Total	60.357	25.700
<u>Aplicações financeiras</u>	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Fundos de investimentos (b)	94.086	4.364
Total	94.086	4.364

a) Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos CDB e LFT possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 101,61% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (99,74% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

b) As aplicações financeiras em fundos de investimentos correspondem a títulos lastreados em NTN-Over, LTN-Over e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.06.2025</u>		<u>31.12.2024</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber	43.440	-	41.401	-
Cupons de pedágio a receber (a)	-	-	366	-
Cartões de pedágio a receber (b)	142	-	260	-
Receitas acessórias a receber (c)	1.881	3.334	1.271	3.645
Outras receitas a receber	5	107	5	107
Provisão para perdas esperadas (d)	(1.322)	-	(1.189)	-
Total	44.146	3.441	42.114	3.752

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cupons vale-pedágio. A partir de fevereiro de 2025, os cupons físicos de vale-pedágio foram descontinuados. O vale-pedágio que os transportadores têm direito por lei, passaram a ser disponibilizados por meio de Tags, de modo a permitir a passagem pelas vias automáticas.

(b) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de débito.

(c) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica, oleodutos e gasodutos.

(d) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com contratos de permissão de uso da faixa de domínio, quais estão em processo de cobrança junto ao cliente.

Cronograma de recebimento:

	<u>30.06.2025</u>		<u>31.12.2024</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Créditos a vencer	44.462	3.441	41.694	3.752
Créditos vencidos até 60 dias	297	-	77	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	278	-	67	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	215	-	276	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	216	-	1.189	-
	45.468	3.441	43.303	3.752

A Sociedade avalia o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) avalia individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

Notas Explicativas

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados por:

	30.06.2025	31.12.2024
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (a)	2.104	650
IRPJ e CSLL sobre saldos negativos (b)	28.020	2.442
	30.124	3.092
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	254	223
Outros	897	884
	1.151	1.107
Total geral	31.275	4.199
Total do circulante	31.275	4.199
	31.275	4.199
Antecipação de IRPJ e CSLL sobre o lucro (c)	-	33.171

- (a) Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, que poderá ser compensado nos exercícios subsequentes.
(b) Saldo negativo referente anos calendários anteriores.
(c) Antecipação de imposto de renda e contribuição social que poderá ser compensado nos próximos 12 meses.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024 é como segue:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(141.007)	(306.421)	77.218	180.352
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	47.942	104.183	(26.254)	(61.320)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outras diferenças permanentes	3.348	3.206	211	479
IR e CS não constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	(51.290)	(107.389)	13.891	29.177
Total	-	-	(12.152)	(31.664)
<u>Despesas de imposto de renda e contribuição social:</u>				
Correntes	-	-	(12.152)	(31.664)
Diferido	-	-	-	-
	-	-	(12.152)	(31.664)
Alíquota efetiva de impostos	0%	0%	(16%)	(18%)

(*) Resultado contábil composto por despesas/receitas não tributáveis vide tabela item b)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	30.06.2025	31.12.2024
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	655.356	266.562
Provisão de participação nos lucros	2.030	4.824
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	18.006	17.394
Outras provisões	2.638	1.406
Provisão para manutenção de rodovias	149.390	145.045
Amortização acumulada de obras futuras	7.250	6.054
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	10.113	8.755
Arrendamentos	984	1.649
Valor Recuperável de Intangível - Impairment	1.249.711	1.331.214
Provisão para perdas esperadas	1.322	1.189

Notas Explicativas

Base de cálculo diferenças temporárias ativas	2.096.800	1.784.092
Alíquota nominal	34%	34%
Total	712.912	606.591
Diferenças temporárias passivas		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas (c)	(114.283)	(114.283)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	65.879	62.734
Estorno de capitalização de juros	108	108
Amortização estorno de capitalização de juros	(51)	(48)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(48.347)	(51.489)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(16.438)	(17.506)
Total do imposto de renda e contribuição social	696.474	589.085
Impostos diferidos não constituídos	347.520	240.131
Total do imposto de renda e contribuição social constituído	348.954	348.954

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da Sociedade, que prevê um ciclo longo para a realização dos prejuízos fiscais dos impostos de renda e bases negativas da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão.

(b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

(c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Movimentos de resultados representados por:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo fiscal e base negativa	192.918	388.794	(15.676)	(40.618)
Provisão de participação nos lucros	(3.906)	(2.794)	(2.655)	(2.849)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	136	612	(12.967)	(12.648)
Outras provisões	1.110	1.232	106	(155)
Provisão para manutenção de rodovias	(1.034)	4.345	9.253	8.844
Amortização acumulada de obras futuras	621	1.196	575	1.024
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	640	1.358	580	619
Arrendamentos	(516)	(665)	(412)	(707)
Valor Recuperável de Intangível - <i>Impairment</i>	(40.752)	(81.503)	(21.301)	(42.602)
Provisão para perdas esperadas	66	133	67	133
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	1.573	3.145	1.573	3.146
Amortização estorno de capitalização de juros	(2)	(3)	(2)	(3)
Base de cálculo diferenças temporárias	150.854	315.850	(40.859)	(85.816)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Total	51.290	107.389	(13.892)	(29.177)
Composição dos impostos:				
Impostos diferidos não constituídos	51.290	107.389	(13.892)	(29.177)
Impostos de renda e contribuição social constituídos	-	-	-	-
Total do imposto de renda e contribuição social	51.290	107.389	(13.892)	(29.177)

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do ativo fiscal diferido até o limite de sua recuperabilidade.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

Impostos diferidos	Ativo não circulante
2027	12.660
2028	21.883
Após 2028	314.411
	348.954

Notas Explicativas

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. A seguir breve descrição dessas obrigações:

Debêntures

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio, até que a retenção no período entre os 15 dias de cada mês seja equivalente a 1/6 da próxima parcela vincenda de juros remuneratórios e amortização. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de debêntures.

Em 30 de junho de 2025, o saldo é de R\$70.168 (R\$39.864 em 31 de dezembro de 2024), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 101,85% a.a. (104,24% a.a. em 31 de dezembro de 2024) da variação do CDI.

Notas Explicativas

10. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2024	19.885	4.446	2.671	33.982	57	3.224	64.265
Remensurações	-	211	-	1.254	3	-	1.468
Adições/Reversões	-	10.081	-	-	-	-	10.081
Baixas	-	(4.657)	-	-	-	-	(4.657)
Saldo em 30.06.2025	19.885	10.081	2.671	35.236	60	3.224	71.157
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2024	(16.257)	(4.016)	(688)	(26.948)	(37)	(985)	(48.931)
Amortização	(2.169)	(1.021)	(217)	(7.793)	(21)	(133)	(11.354)
Baixas	-	4.657	-	-	-	-	4.657
Saldo em 30.06.2025	(18.426)	(380)	(905)	(34.741)	(58)	(1.118)	(55.628)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2024	3.628	430	1.983	7.034	20	2.239	15.334
Saldo em 30.06.2025	1.459	9.701	1.766	495	2	2.106	15.529
Taxas de amortização - a.a.	20%	15%	18%	29%	29%	8%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2023	19.885	2.652	1.270	17.957	23	3.224	45.011
Remensurações	394	-	148	2.821	4	-	3.367
Saldo em 30.06.2024	20.279	2.652	1.418	20.778	27	3.224	48.378
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2023	(11.919)	(2.020)	(418)	(14.166)	(17)	(719)	(29.259)
Amortização	(2.168)	(727)	(98)	(4.741)	(8)	(134)	(7.876)
Saldo em 30.06.2024	(14.087)	(2.747)	(516)	(18.907)	(25)	(853)	(37.135)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2023	7.966	632	852	3.791	6	2.505	15.752
Saldo em 30.06.2024	6.192	(95)	902	1.871	2	2.371	11.243
Taxas de amortização - a.a.	21%	55%	14%	46%	59%	8%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Refere-se a locação de veículos administrativos.
- (d) Refere-se a locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias.
- (e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
- (f) Refere-se a locação de sedes administrativas e terrenos.

Notas Explicativas

11. IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2024	10.795	7.667	2.297	451	3.172	329	24.711
Adições	-	167	49	103	10	-	329
Saldo em 30.06.2025	10.795	7.834	2.346	554	3.182	329	25.040
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2024	(3.554)	(4.970)	(1.351)	(412)	(2.116)	(241)	(12.644)
Depreciação	(497)	(501)	(116)	(12)	(102)	-	(1.228)
Transferências/reclassificações	-	-	-	83	-	(83)	-
Saldo em 30.06.2025	(4.051)	(5.471)	(1.467)	(341)	(2.218)	(324)	(13.872)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2024	7.241	2.697	946	39	1.056	88	12.067
Saldo em 30.06.2025	6.744	2.363	879	213	964	5	11.168
Taxas de depreciação - a.a.	10%	18%	15%	12%	10%	10%	

Notas Explicativas

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2023	10.768	6.848	2.259	405	3.128	329	23.737
Adições	7	395	-	-	50	-	452
Transferências/reclassificações	-	-	-	-	(37)	-	(37)
Saldo em 30.06.2024	10.775	7.243	2.259	405	3.141	329	24.152
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2023	(2.557)	(3.906)	(1.120)	(396)	(1.905)	(241)	(10.125)
Depreciação	(499)	(561)	(115)	(8)	(107)	-	(1.290)
Saldo em 30.06.2024	(3.056)	(4.467)	(1.235)	(404)	(2.012)	(241)	(11.415)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2023	8.211	2.942	1.139	9	1.223	88	13.612
Saldo em 30.06.2024	7.719	2.776	1.024	1	1.129	88	12.737
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%	

Notas Explicativas

12. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (Impairment)	Software	Adiantamento fornecedores (c)	Total do intangível	Infraestrutura em construção (d)	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2024	8.508.658	(1.422.812)	14.812	12.986	7.113.644	53.569	7.167.213
Adições	77.101	-	1.107	-	78.208	19.575	97.783
Transferências/reclassificações	14.276	-	-	-	14.276	(14.276)	-
Alienações/baixas	(10)	-	-	-	(10)	-	(10)
Saldo em 30.06.2025	8.600.025	(1.422.812)	15.919	12.986	7.206.118	58.868	7.264.986
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2024	(1.541.954)	91.598	(11.059)	-	(1.461.415)	-	(1.461.415)
Amortização	(428.640)	-	(1.201)	-	(429.841)	-	(429.841)
Alienações/baixas	10	-	-	-	10	-	10
Amortização da redução ao valor recuperável (e)	-	81.503	-	-	81.503	-	81.503
Saldo em 30.06.2025	(1.970.584)	173.101	(12.260)	-	(1.809.743)	-	(1.809.743)
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2024	6.966.704	(1.331.214)	3.753	12.986	5.652.229	53.569	5.705.798
Saldo em 30.06.2025	6.629.441	(1.249.711)	3.659	12.986	5.396.375	58.868	5.455.243
Taxas de amortização - a.a. (f)	6%	6%	26%				

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (Impairment)	Software	Adiantamento fornecedores (c)	Total do intangível	Infraestrutura em construção (d)	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2023	2.785.517	(787.432)	12.374	20.505	2.030.964	4.801.007	6.831.971
Adições	72.489	-	1.219	-	73.708	607.000	680.708
Transferências/reclassificações	162.269	-	-	(7.447)	154.822	(154.785)	37
Saldo em 30.06.2024	3.020.275	(787.432)	13.593	13.058	2.259.494	5.253.222	7.512.716
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2023	(1.076.057)	6.394	(9.189)	-	(1.078.852)	-	(1.078.852)
Amortização	(96.840)	-	(657)	-	(97.497)	-	(97.497)
Amortização da redução ao valor recuperável (e)	-	42.602	-	-	42.602	-	42.602
Saldo em 30.06.2024	(1.172.897)	48.996	(9.846)	-	(1.133.747)	-	(1.133.747)
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2023	1.709.460	(781.038)	3.185	20.505	952.112	4.801.007	5.753.119
Saldo em 30.06.2024	1.847.378	(738.436)	3.747	13.058	1.125.747	5.253.222	6.378.969
Taxas de amortização - a.a. (f)	5%	5%	20%				

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se a provisão da desvalorização de ativos (*impairment*).
- (c) Os adiantamentos referem-se majoritariamente as obras remanescentes do Contorno Viário de Florianópolis, qual foi liberado para tráfego em 09 de agosto de 2024.
- (d) Infraestruturas em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principais natureza duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros. O Contorno Viário de Florianópolis foi liberado para tráfego em 09 de agosto de 2024, transferindo respectivo andamento para operação, o que impactou a amortização em R\$308.556 no período findo em 30 de junho de 2025.
- (e) Amortização da provisão para desvalorização de ativos (*impairment*), linearmente até o prazo da concessão.
- (f) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

Notas Explicativas

No período findo em 30 de junho de 2025, a Sociedade complementou o montante de R\$5.546 (R\$174.887 em 30 de junho de 2024) o valor das infraestruturas em construção tomando como base os custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação ao principal das dívidas, em 2025 foi de 0,01% a.a. e em 2024 1,47% a.a., do total de juros provisionados no período.

Teste de recuperabilidade de ativos (Impairment)

A Sociedade efetuou teste de *impairment* durante o ano de 2024 de acordo com os requisitos do CPC 01.

Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificadas como UGCs em operação em 31 de dezembro de 2024 e concluiu pela necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis.

A pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro de um complemento da provisão para redução ao valor recuperável, no valor de R\$635.380 em 31 de dezembro de 2024.

Para fins de 30 de junho de 2025, a Administração da Sociedade avaliou se havia alguma indicação de que os ativos pudessem ter sofrido desvalorização e, concluiu que não há nenhum fator que indicasse que há necessidade de preparação de um novo teste no período.

13. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, negociadas em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	30.06.2025	31.12.2024
10ª emissão - 1ª série	1.754.020	IPCA+5,86% a.a.	out-31	2.155.500	2.089.612
10ª emissão - 2ª série	245.980	CDI+1,55% a.a.	out-28	253.468	252.235
				2.408.968	2.341.847
			Custo de transação	(51.604)	(55.520)
			Total	2.357.364	2.286.327
			Circulante	167.427	89.524
			Não circulante	2.189.937	2.196.803
			Total	2.357.364	2.286.327

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	30.06.2025			30.06.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	98.112	2.243.735	2.341.847	29.367	2.214.017	2.243.384
Juros provisionados	133.696	9.894	143.590	72.409	57.427	129.836
Pagamento de juros	(76.469)	-	(76.469)	(71.944)	-	(71.944)
Transferência	20.736	(20.736)	-	-	-	-
	176.075	2.232.893	2.408.968	29.832	2.271.444	2.301.276
Custo de transação	(8.648)	(42.956)	(51.604)	(8.530)	(50.928)	(59.458)
Saldo final	167.427	2.189.937	2.357.364	21.302	2.220.516	2.241.818

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e as datas das efetivas integralizações conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
10ª emissão 1ª série	15.10.2021	1.754.020	1.000	11.11.2021	1.754.020
10ª emissão 2ª série	15.10.2021	245.980	1.000	11.11.2021	245.980
		2.000.000			2.000.000

Em 30 de junho de 2025, o valor presente das parcelas a vencer brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas

Ano de vencimento

2026	155.129
2027	287.773
2028	362.854
2029	416.049
Após 2029	1.011.088
	2.232.893

Cláusula Financeira (Covenant Financeiro) - 10ª emissão de debêntures

Em conformidade com as escrituras de emissão de debêntures, a Emissora compromete-se a manter, durante toda a vigência da emissão e enquanto houver valores devidos em virtude das debêntures, o cumprimento dos seguintes índices financeiros, apurados ao final de cada trimestre civil com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas da sociedade:

(a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - Índice de Distribuição

O ICSD é utilizado como requisito para que a Emissora possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades.

A Emissora deve manter ICSD igual ou superior a 1,20, calculado trimestralmente, considerando também o ICSD Pro Forma após a realização de operações com controladoras, conforme definido na escritura.

Fórmula para o ICSD:

$$ICSD = \frac{EBITDA \text{ Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Fórmula para o ICSD Pro Forma:

$$ICSD_{\text{Pro Forma}} = \frac{EBITDA \text{ Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX} - \text{Distribuições aos Acionistas}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Onde:

- (i) EBITDA Ajustado: lucro (prejuízo) líquido antes de IR e CSLL, adicionando (i.a) despesas não operacionais; (i.b) despesas financeiras; (i.c) provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa - método indireto); e (i.d) provisões de manutenção sem efeito caixa; e excluindo (i.e) receitas não operacionais; e (i.f) receitas financeiras, relativos aos últimos 12 meses.
- (ii) Impostos Pagos: somatório do Imposto de Renda e da Contribuição Social pagos nos últimos 12 meses.
- (iii) CAPEX: montante investido em obras e equipamentos operacionais nos últimos 12 meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras.
- (iv) Serviço das Dívidas: soma das amortizações de principal e pagamento de juros de dívidas, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros instrumentos de dívida dos últimos 12 meses.

Distribuições aos Acionistas (para o ICSD Pro Forma): dividendos, juros sobre capital próprio, reduções de capital, repagamentos de mútuos e demais remunerações aos acionistas pagos nos últimos 12 meses.

(b) Índice Patrimônio Líquido sobre Ativo Total (Relação PL/Ativo Total) - Índice de Distribuição e Manutenção

O PL/Ativo Total é utilizado como requisito para que a Emissora possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura.

A Emissora deve manter PL/Ativo Total igual ou superior a 20%, apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas, conforme a seguinte fórmula:

$$PL/Ativo \text{ Total} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}} \geq 20\%$$

(c) Índice de Alavancagem (Relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado) - Índice de Manutenção

Notas Explicativas

Este índice representa a razão entre Dívida Líquida e *EBITDA* Ajustado, devendo ser observado pela Emissora em caráter contínuo durante toda a vigência da emissão. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura.

Para fins contratuais:

- considera-se como “Dívida Líquida”, a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora considerar-se-ão como dívida; e
- considera-se como “*EBITDA* Ajustado”, o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (sendo as amortizações e depreciações apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (1) receitas não operacionais; e (2) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

Os limites máximos permitidos para este índice são:

- 2021 a 2023: $\leq 4,50$
- 2024: $\leq 4,00$
- 2025: $\leq 3,50$
- 2026: $\leq 3,00$
- 2027: $\leq 2,50$
- 2028 a 2029: 2,00
- 2030 a 2031: 1,00

A Sociedade cumpriu todos os índices dos *covenants* de suas debêntures em 30 de junho de 2025

A Sociedade estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

14. FORNECEDORES, ADIANTAMENTO A FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de junho de 2025, o saldo no passivo circulante de R\$38.651 (R\$44.846 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. O saldo de R\$33.849 (R\$40.791 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenções que pode variar de 3% a 10% sobre o valor dos serviços prestados de acordo com o negociado com o prestador em cada contrato.

O saldo de R\$20.538 refere-se a adiantamento classificado no ativo não circulante como parte do contrato da obra do Contorno Viário de Florianópolis com a Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. realizado em 19 de junho de 2023. Conforme comunicado ao mercado emitido em 10 de julho de 2023 a Litoral Sul rescindiu o contrato de prestação de serviços com a referida empresa. Embora o adiantamento tenha sido realizado para aplicação em obras, devido a rescisão de contrato, o adiantamento foi classificado como contas a receber, uma vez que tal valor não se converterá em serviços prestados. Ao mesmo tempo, a Sociedade acionou suas garantias de contrato da Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. de forma garantir o recebimento do adiantamento realizado ao prestador de serviços.

Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

Notas Explicativas

	30.06.2025			30.06.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	13.724	2.885	16.609	10.833	7.006	17.839
Remensurações	1.468	-	1.468	3.367	-	3.367
Adições	993	9.088	10.081	-	-	-
Utilizações (*)	(12.609)	-	(12.609)	(9.266)	-	(9.266)
Ajuste a valor presente - AVP	981	-	981	680	-	680
Transferências	601	(601)	-	2.543	(2.543)	-
	5.158	11.372	16.530	8.157	4.463	12.620

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2025, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$10.497 (R\$7.722 em 30 de junho de 2024).

Em 30 de junho de 2025, o valor presente das parcelas a vencer no passivo não circulante relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2026	1.889
2027	1.585
2028	1.859
2029	2.125
Após 2029	3.914
	11.372

O potencial PIS/COFINS (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no período findo em 30 de junho de 2025 são respectivamente R\$208 e R\$958 para PIS e COFINS (R\$153 e R\$704, respectivamente, em 30 de junho de 2024).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para os períodos findos em 30 de junho de 2025 a taxa média é de 13,21% a.a. (10,97% a.a. em 30 de junho de 2024). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade excluídos os financiamentos do BNDES, levando em consideração o prazo de cada contrato de arrendamento.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a despesas administrativas, mútuos e debêntures privadas para capital de giro.

Os saldos patrimoniais em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e as transações realizadas no resultado em 30 de junho de 2025 e 2024, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	30.06.2025	31.12.2024
<u>Ativo circulante</u>		
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Planalto Sul S.A. (a)	791	895
Fluminense S.A. (a)	553	-
Régis Bittencourt S.A. (a)	1.872	2.321
Contas a receber de partes relacionadas circulante	3.216	3.216
Total parte relacionada no ativo circulante	3.216	3.216
<u>Passivo circulante</u>	30.06.2025	31.12.2024
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	5.872	11.034
Régis Bittencourt S.A. (a)	12	-
Passivos com partes relacionadas circulante	5.884	11.034
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.- controladora (b)	31.711	31.711
Total dos juros sobre capital próprio a pagar	31.711	31.711
Total do passivo circulante	37.595	42.745

Notas Explicativas

<u>Passivo não circulante</u>	30.06.2025	31.12.2024
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (c)	1.154.307	1.085.565
Empréstimos partes relacionadas não circulante	1.154.307	1.085.565
Total do passivo não circulante	1.154.307	1.085.565

	30.06.2025		30.06.2024	
Passivos Circulante e Não Circulante	Não circulante	Total	Não circulante	Total
Saldo inicial	1.085.565	1.085.565	979.190	979.190
Juros provisionados	80.873	80.873	59.884	59.884
Imposto de renda retido na fonte	(12.131)	(12.131)	(8.983)	(8.983)
Saldo final	1.154.307	1.154.307	1.030.091	1.030.091

<u>Contas de Resultado:</u>	30.06.2025		30.06.2024	
<u>Despesas gerais (a)</u>	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A.	(1.334)	(7.185)	(1.805)	(5.466)
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Planalto Sul S.A.	24	1.335	1.257	2.814
Régis Bittencourt S.A.	44	3.078	3.250	5.855
Total	(1.266)	(2.772)	2.702	3.203

<u>Contas de Resultado:</u>	30.06.2025		30.06.2024	
<u>Despesas financeiras (b)</u>	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A.	(43.097)	(80.873)	(29.918)	(59.884)
Juros capitalizados	2.945	5.546	29.918	59.884
Total	(40.152)	(75.327)	-	-

(a) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. Os valores no subitem “Outras partes relacionadas” estão relacionados a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas.

(b) Saldo a pagar de juros sobre o capital próprio conforme nota explicativa nº 20.

(c) Decorrentes da 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª emissões de debêntures série única não conversíveis em ações celebradas com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a uma taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do *spread* que variam de 1% a 1,5% a.a. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.06.2025		31.12.2024	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
28.04.2015	31.12.2028	CDI + 1,50% a.a.	32.745	59.053	32.745	53.274
03.07.2015	31.12.2028	CDI + 1,50% a.a.	20.000	30.825	20.000	27.622
19.08.2015	31.12.2028	CDI + 1,50% a.a.	30.000	44.892	30.000	40.177
21.05.2018	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	280.000	189.110	280.000	161.456
19.11.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	260.000	149.455	260.000	125.469
05.11.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	37.700	20.527	37.700	17.122
			660.445	493.862	660.445	425.120
			1.154.307		1.085.565	

No decorrer do período findo em 30 de junho de 2025, a Sociedade reconheceu o montante de R\$3.574 (R\$1.696 em 30 de junho de 2024), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, dos quais R\$975 (R\$384 em 30 de junho de 2024) relativos à diretoria da Sociedade e R\$2.599 (R\$1.312 em 30 de junho de 2024) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo - ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Notas Explicativas

Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração anual para o exercício de 2025 sem encargos em até R\$974 (R\$833 para o exercício de 2024).

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o período/exercício correntes as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$2.030 e R\$4.824.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) do Grupo Arteris e da Sociedade, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com a qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. OBRIGAÇÕES FISCAIS, IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	30.06.2025			31.12.2024		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	111	87.152	87.263	114	75.021	75.135
Programa de integração social - PIS	431	-	431	479	-	479
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.991	-	1.991	2.209	-	2.209
Tributos federais retidos	1.150	-	1.150	1.084	-	1.084
	3.683	87.152	90.835	3.886	75.021	78.907
Impostos sobre serviços - ISS	3.762	-	3.762	4.031	-	4.031
Total obrigações fiscais	7.445	87.152	94.597	7.917	75.021	82.938
Total	7.445	87.152	94.597	7.917	75.021	82.938

19. PROVISÕES

a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024 é conforme segue:

	31.12.2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.06.2025
Cíveis	1.467	5.968	(2.440)	(3.161)	34	1.868
Trabalhistas	690	1.121	(432)	(485)	7	901
Regulatórios	15.237	-	-	-	-	15.237
Total	17.394	7.089	(2.872)	(3.646)	41	18.006

Notas Explicativas

	31.12.2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.06.2024
Cíveis	14.818	17.129	(15.843)	(14.628)	346	1.822
Trabalhistas	481	889	(390)	(508)	2	474
Regulatórios	14.287	845	(1.335)	-	845	14.642
Total	29.586	18.863	(17.568)	(15.136)	1.193	16.938

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes.

A Sociedade informa ainda que os processos regulatórios prováveis, possíveis e remotos são objeto de negociação de TAC de multas conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados abaixo:

Possíveis	30.06.2025	31.12.2024
Cíveis	10.378	10.389
Trabalhistas	12.829	11.262
Ambiental	3.690	3.622
Regulatórios	25.190	24.869
Fiscal	8.226	7.989
Total	60.313	58.131

Os depósitos judiciais no montante de R\$61.137 em 30 de junho de 2025 (R\$61.253 em 31 de dezembro de 2024) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em sua maioria por indenizações para desapropriações de obras e relativos a autos de infrações impostos pela ANTT.

b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,21% a.a. em 30 de junho de 2025 (7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024), considerando os valores da próxima intervenção que, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

c) Provisão para investimento

A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2024	7.064	69.586	32.096	75.459	39.160	145.045
Adições/Reversões	1.427	9.545	-	26.910	1.427	36.455
Utilizações	-	(37.518)	-	-	-	(37.518)
Ajuste a valor presente	517	2.663	841	2.745	1.358	5.408
Transferências	13.874	29.838	(13.874)	(29.838)	-	-
Saldo em 30.06.2025	22.882	74.114	19.063	75.276	41.945	149.390

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2023	472	55.955	32.363	81.314	32.835	137.269
Adições/Reversões	820	6.020	3.699	17.494	4.519	23.514
Utilizações	-	(18.682)	-	-	-	(18.682)
Ajuste a valor presente	-	1.868	618	2.144	618	4.012
Transferências	808	27.627	(808)	(27.627)	-	-
Saldo em 30.06.2024	2.100	72.788	35.872	73.325	37.972	146.113

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2025 referentes às manutenções realizadas foram de R\$37.695 (R\$17.514 em 30 de junho de 2024).

Notas Explicativas

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito em 30 de junho de 2025 é de R\$3.893.220 (R\$3.893.220 em 31 de dezembro de 2024), composto por 4.158.155.555 (4.158.155.555 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$3.785.168 (R\$3.695.168 em 31 de dezembro de 2024).

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral o seguinte aumento de capital:

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
28.03.2025	26.03.2024	Dinheiro	-	90.000	90.000
			-	90.000	90.000

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas informações contábeis intermediárias. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

21. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos é como segue:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	207.834	429.946	193.221	395.403
Receita de serviços de construção	45.228	89.694	271.305	507.566
Outras receitas	1.774	3.185	1.457	2.959
Receita bruta	254.836	522.825	465.983	905.928
ISSQN	(10.394)	(21.511)	(9.662)	(19.776)
PIS	(1.359)	(2.811)	(1.265)	(2.588)
COFINS	(6.275)	(12.976)	(5.837)	(11.945)
Outras deduções	(446)	(609)	(100)	(187)
Receita líquida	236.362	484.918	449.119	871.432

Notas Explicativas

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(9.217)	(18.985)	(9.373)	(18.460)
Serviços de terceiros	(8.238)	(16.052)	(7.956)	(15.011)
Conservação	(5.209)	(9.183)	(4.849)	(9.629)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(887)	(1.245)	(436)	(979)
Consumo	(2.526)	(4.491)	(1.148)	(2.720)
Transportes	(2.305)	(4.506)	(1.934)	(3.664)
Verba de fiscalização	(4.279)	(8.435)	(4.092)	(8.069)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(375)	(799)	-	(110)
Seguros / Garantias	(1.459)	(2.960)	(1.015)	(2.028)
Provisão de manutenção em rodovias	(17.771)	(36.455)	(18.908)	(23.514)
Custos de serviços da construção	(45.228)	(89.694)	(271.305)	(507.566)
Depreciação / Amortização (*)	(180.050)	(358.361)	(32.434)	(62.064)
Outros	(427)	(905)	(403)	(634)
Total	(277.971)	(552.071)	(353.853)	(654.448)

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas gerais e administrativas:				
Com pessoal	(7.139)	(12.850)	(2.834)	(6.633)
Serviços de terceiros	(817)	(1.565)	(594)	(1.213)
Manutenção de bens e conservação	(784)	(1.558)	(369)	(735)
Consumo	(331)	(761)	(344)	(658)
Transportes	19	(54)	(169)	(254)
Seguros/Garantias	(17)	(24)	(3)	(8)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(1.599)	(4.217)	(161)	(1.295)
Comunicação e marketing	(63)	(126)	(43)	(89)
Indenizações à terceiros	(56)	(130)	(40)	(72)
Publicações legais	(213)	(216)	(192)	(202)
Depreciação / Amortização	(1.276)	(2.559)	(1.015)	(1.997)
Provisão para perdas esperadas	(66)	(133)	(67)	(400)
Outros	(818)	(1.394)	(486)	(780)
Total	(13.160)	(25.587)	(6.317)	(14.336)

(*) Em 9 de agosto de 2024 foi concluída a obra do Contorno Viário de Florianópolis, o que impactou a amortização em R\$308.556 no período findo em 30 de junho de 2025.

23. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	6.394	9.208	1.961	3.814
Créditos fiscais	905	1.948	9	20
Outras receitas	7	9	1	2
Total	7.306	11.165	1.971	3.836

Notas Explicativas

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros (*)	(94.690)	(218.917)	(7.237)	(14.833)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(3.872)	(7.747)	(2.944)	(5.310)
Outras despesas	(2.787)	(6.351)	(3.777)	(6.551)
Total	(101.349)	(233.015)	(13.958)	(26.694)

(*) Do total dos juros de financiamentos e debêntures incorridos em 30 de junho de 2025 no valor de R\$224.463, o montante de R\$5.546 foi reconhecido como adição de infraestrutura em construção na demonstração do fluxo de caixa de investimento (R\$189.720 e R\$174.887 em 30 de junho de 2024).

24. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	30.06.2025	30.06.2024
Total das adições de intangível e infraestruturas em construção (a)	97.783	680.708
Total das adições de imobilizado (b)	329	452
Juros capitalizados - mútuos (a)	(5.546)	(59.884)
Juros capitalizados - debêntures (a)	-	(115.003)
	92.566	506.273
Aquisição (adições)	(92.566)	(506.273)
Fornecedores	(19.499)	(27.277)
Obrigações fiscais	(2.016)	3.200
Contas a pagar - partes relacionadas	(4.138)	(1.964)
Cauções contratuais	(7.261)	6.648
Provisão para investimentos em rodovias	1.427	4.519
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestruturas em construção	(124.053)	(521.147)
Fluxo de caixa imobilizado	(329)	(452)
Fluxo de caixa intangível	(123.724)	(520.695)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(124.053)	(521.147)
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no período, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção	(31.487)	(14.874)
Outras transações que não envolveram caixa:		
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	31.711	31.711
(a) Vide notas explicativas nº 12 e nº 23.		
(b) Vide nota explicativa nº 11.		

25. (PREJUÍZO) LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico do (prejuízo) lucro por ação é feito por meio da divisão do (prejuízo) lucro do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o (prejuízo) lucro do período e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do (prejuízo) lucro básico e diluído por ação.

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Básico/Diluído				
(Prejuízo) lucro do período	(141.007)	(306.421)	65.066	148.688
Número de ações durante período	4.158.156	4.158.156	4.158.156	3.848.650
(Prejuízo) lucro por ação	(0,0339)	(0,0737)	0,0156	0,0386

Notas Explicativas

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	30.06.2025		31.12.2024	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<u>Ativo</u>						
Caixas e equivalentes de caixa	N/A	2	60.357	60.357	25.700	25.700
Aplicações financeiras	N/A	2	94.086	94.086	4.364	4.364
Contas a receber clientes	N/A	2	44.146	44.146	42.114	42.114
Contas a receber - partes relacionadas	N/A	2	3.216	3.216	3.216	3.216
Adiantamento a fornecedores	N/A	2	20.538	20.538	20.670	20.670
Aplicações financeiras vinculadas	N/A	2	70.168	70.168	39.864	39.864
Outros Créditos	N/A	2	5.225	5.225	4.310	4.310
			297.736	297.736	140.238	140.238
<u>Passivo</u>						
Debêntures partes relacionadas	N/A	2	1.154.307	1.154.307	1.085.565	1.085.565
Contas a pagar - partes relacionadas	N/A	2	37.595	37.595	42.745	42.745
Debêntures (a)	N/A	2	2.408.968	2.316.481	2.341.847	2.205.404
Fornecedores e cauções contratuais	N/A	2	72.500	72.500	85.637	85.637
Taxa de fiscalização	N/A	2	1.426	1.426	1.364	1.364
Outras contas a pagar	N/A	2	4.350	4.350	27.743	27.743
			3.679.146	3.586.659	3.584.901	3.448.458

(a) Valor bruto

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos mútuos a pagar com partes relacionadas e empréstimos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas da Sociedade, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos.

Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

27. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a mútuos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de junho de 2025, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de mútuos e debêntures com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto das debêntures a pagar sujeitas a taxas variáveis).

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	12,40%	15,50%	18,60%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(76.930)	(85.863)	(94.797)
Receita de aplicações financeiras	8.904	11.130	13.355
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(157.331)	(193.506)	(229.681)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(225.357)	(268.240)	(311.122)
IPCA	4,50%	5,63%	6,75%
Juros a incorrer - Debêntures	(348.286)	(374.755)	(401.224)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(348.286)	(374.755)	(401.224)
Juros a incorrer líquido	(573.643)	(642.995)	(712.346)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: CDI relatório Focus de 27 de junho de 2025, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características da operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o período/exercício, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 30 de junho de 2025, a Sociedade apresenta valores a receber no montante de R\$43.440 (R\$41.401 em 31 de dezembro de 2024) com as empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A, Move Mais Meios de Pagamentos Ltda., Veloe Companhia Brasileira de Soluções e Serviços S.A e Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A., decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

Notas Explicativas

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerência o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

No período findo em 30 de junho de 2025, a Sociedade reconheceu um prejuízo de R\$306.421, e seu passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$97.138 (R\$202.302 em 31 de dezembro de 2024).

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos

A tabela a seguir apresenta o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Fluxos de caixa contratuais								
Modalidade	Taxa de juros (a)	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	13,21%	16.530	22.701	2.792	4.007	3.260	2.736	9.906
Partes relacionadas	17,26%	1.154.307	1.117.675	-	-	-	1.117.675	-
Debêntures - CDI (b)	17,26%	253.468	330.719	-	83.418	94.051	153.250	-
Debêntures - IPCA (b)	11,67%	2.155.500	2.967.800	60.479	186.764	257.600	839.885	1.623.072
Fornecedores e cauções contratuais		72.500	72.500	38.651	33.849	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas		5.884	5.884	5.884	-	-	-	-
Outras contas a pagar		4.350	4.350	4.350	-	-	-	-
		3.662.539	4.521.629	112.156	308.038	354.911	2.113.546	1.632.978

(a) Média ponderada efetiva % a.a.
(b) Valores brutos dos custos de transação.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

29. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários.

Em 30 de junho de 2025, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	219.707

Notas Explicativas

(*) Por sinistro.

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade mantém apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Os valores dessa garantia em 30 de junho de 2025 é de R\$111.671 (R\$90.842 em 31 de dezembro de 2024).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. John Dalton, 301 - 1º andar - Techno Plaza Corporate
Edifício 2 - Bloco B
13069-330 - Campinas - SP - Brasil
Tel.: + 55 (19) 3707-3000
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS Aos Administradores e Acionistas da Autopista Litoral Sul S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa DVA não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 26 de fevereiro de 2025. Os valores correspondentes às demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2024 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, apresentados para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 8 de agosto de 2024, sem modificações.

Campinas, 13 de agosto de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 30 de junho de 2025.

São Paulo, 14 de agosto de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Antonio Cesar Ribas Sass - Diretor Superintendente

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu, relativas ao período findo em 30 de junho de 2025.

São Paulo, 14 de agosto de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Antonio Cesar Ribas Sass - Diretor Superintendente

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia